

<b>Assunto:</b> TJPE promove júri sobre redução da maioria	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> a6	<b>Data:</b> 14/07/2015

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO

# TJPE promove júri sobre redução da maioria

Simulação realizada para marcar os 25 anos do ECA reuniu entidades e terminou com a proposta de emenda à Constituição "condenada"

**A** Proposta de Emenda Constitucional 171/93, que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, sofreu uma derrota, pelo menos em um júri simulado promovido pelo Tribunal de Justiça. No julgamento, onde a PEC foi a ré, 11 representantes da sociedade civil condenaram a proposta e três a absolveram. Em uma votação eletrônica promovida após a simulação, 73% do público foram contra a redução.

O júri foi realizado para lembrar os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma caminhada no Centro do Recife também celebrou a data. O evento foi organizado pela Frente Ampla Pernambuco Contra a Redução da Maioridade Penal.



NANDO CHIAPPETTA/DP/D.A PRESS.



**Projeto em votação no Congresso foi tema de uma caminhada no Centro do Recife. Julgamento simulado lotou auditório no Centro de Convenções**

ARQUIVO:130715JV055.JPG

Antes dos jurados anunciarem seus votos, seis debatedores falaram contra e a favor, no papel de advogados. "8% do público trocaram de favorável para contra a redução após ouvirem os debates. Prova de que precisamos aumentar as informações", disse o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, coordenador da Vara da Infância e Juventude do TJPE.

Também apresentaram argumentos contrários a advogada do Gajop Manuela Magalhães e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB). O desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB) argumentam favoravelmente à mudança.

Votaram contra a redução os conselhos regionais de Serviço Social, Psicologia e Medicina, OAB-PE, Sindicato dos Bancários, Arquidiocese de Olinda e Recife, Senai e Grande Recife Consórcio de Transporte. Votaram favoravelmente a Associação dos Delegados, a Convenção da Igreja Batista e a Associação de Notários e Registradores de Pernambuco (Anoreg).

A emenda, aprovada em primeira votação na Câmara, prevê redução em crimes como estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado e lesão corporal seguida de morte. A PEC vai à segunda votação na Câmara e duas votações no Senado.

## > **Contra e a favor**

“ Entendo que houve uma evolução grande, não só do ponto de vista físico, mas também psicológico, do adolescente com 16 anos. O nível de informação do mundo de hoje faz com que a pessoa dessa idade entenda o que faz”, **desembargador Bartolomeu Bueno**

“ A redução da maioridade penal não vai acabar com a criminalidade, vai acabar com a impunidade. O jovem fica no máximo por três anos em medida socioeducativa, que de socioeducativa não tem nada”, **delegado Zanelli Alencar**

“ O que há é uma figura nova no direito penal mundial. A imputação penal pela tipificação. Para vender drogas ele é menor. Para matar, é maior. Essa proposta não tem precedente no mundo. Não tem sentido”, **desembargador Luiz Carlos Figueiredo**

“ Como o crime hediondo é previsto em legislação ordinária, basta alterar a lei para ampliar o alcance da redução sem mexer na Constituição. Trata-se de uma jogada a votação no Congresso”, **deputado federal Tadeu Alencar**

<b>Assunto: Oficial da PM será julgado hoje</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: local</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: a6</b>	<b>Data: 14/07/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

MORTE DE GAROTOS

# Oficial da PM será julgado hoje

O tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix vai sentar hoje no banco dos réus. O oficial é acusado de comandar um grupo de policiais militares que obrigou 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento.

O crime, divulgado com exclusividade pelo Diário na época, ficou conhecido como caso Ponte Joaquim Cardoso. Em maio, quatro PMs estiveram no banco dos réus. Três foram condenados e um absolvido. O júri está previsto para começar às 9h, no Fórum Rodolfo Aureliano.

Os PMs Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista e Ulisses Francisco da Silva foram condenados a 96 anos de reclusão cada, pelo homicídio triplamente qualificado de Diogo Rosendo e nove tentativas de homicídios. Seus advogados recorreram.

Outros três policiais serão

julgados pela morte de Zinael José de Souza, 17, e pelas tentativas de homicídios contra outros dois adolescentes, em data a ser definida. O tenente é acusado de comandar as duas ações. O oficial nega as acusações. Os meninos teriam sido confundidos com um grupo que praticava arrastões.


Assunto: Júri simulado – Maioridade PenL	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa	Seção: Rápidas
Página: 1	Data: 14/07/2015

## jornal do commercio

Organizações votam contra redução da maioridade



Diego Nigro/JC Imagem

Em júri simulado pelo TJPE no dia dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, 8 das 11 entidades foram contra o projeto, contrariando pesquisa popular. Houve passeata (foto).  cidades 4

<b>Assunto:</b> Júri contraria opinião do País	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b> Rápidas
<b>Página:</b>	<b>Data:</b> 14/07/2015

**jornal do  commercio**

# Júri contraria opinião do País

**MAIORIDADE PENAL** Julgamento simulado vai de encontro ao que pensam 73% dos brasileiros e reprova redução da idade penal



Fotos: Diego Nigro/JC Imagem

**PASSEATA** Manifestantes ocuparam ruas centrais do Recife para criticar redução da maioria

**D**as 11 entidades da sociedade civil que julgaram ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, oito votaram contra a redução. Dentre elas, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE), a Arquidiocese de Olinda e Recife, além de sindicatos e associações. O júri simulado aconteceu no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, no Grande Recife. O resultado contraria a última pesquisa Datafolha, divulgada em 22 de junho. O levantamento aponta que 73% dos brasileiros são favoráveis à redução da maioria para qualquer crime. A porcentagem sobe para 87% em relação aos delitos violentos.

O evento, promovido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em parceria com a Escola Judicial do TJPE, marca os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O que motivou esse encontro foi levar às pessoas informações de quem é contra e a favor da redução. Muita gente começa a discutir sem base científica, com poucos dados. É preciso debater mais o assunto porque estamos no olho do furacão”, comentou Luiz Carlos Figueire-

mas isso foi, de certa forma, desmistificado pelo corpo de jurados.”

Para o júri simulado, foram ouvidos seis debatedores. O deputado federal Gonzaga Patriota, o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno e o advogado Moacir Veloso apresentaram pontos favoráveis à PEC 171. Argumentos contra a redução foram mostrados por Luiz Carlos Figueiredo, a advogada Manuella Magalhães e o deputado federal Tadeu Alencar. Na plateia, cerca de 800 pessoas acompanharam as explicações. O público foi orientado a não se manifestar e apenas expor o posicionamento em dois totens de votação do lado de fora do auditório. Mesmo assim, aplausos foram ouvidos após a argumentação dos debatedores e os votos dos jurados. O resultado popular também foi contrário à redução. Das 327 pessoas que votaram, apenas 27% foram favoráveis.

A pedagoga Cíntia Maurício, 48 anos, reforçou a opinião que já tinha após ouvir os argumentos e elogiou a iniciativa do TJPE. “Promover esse debate é chamar a sociedade para refletir o seu papel e se posicionar de uma forma consciente. Temos que entender que o que a gente vê de bom e ruim não é só responsabilidade do governo, é uma construção social.” O júri simulado pode ser visto no en-

do, desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Para ele, as pesquisas estão mostrando uma imagem errada dos brasileiros. “Dizem que quase 90% dos brasileiros querem a redução,

dereço [www.tvjuspe.com](http://www.tvjuspe.com).

### ⬇ Mais na web

Vídeo e fotos da passeata contra a redução da idade penal, no [www.jconline.com.br](http://www.jconline.com.br)



A gente sabe que o sistema carcerário não ressocializa e o adolescente poderia sair até mais violento depois da prisão. Eu atuo na área e vejo que esses jovens são, na verdade, vítimas das políticas públicas que não funcionam”, **argumenta o conselheiro tutelar Paulo Oliveira**



O perfil do jovem infrator é negro e pobre, que mora nas periferias e não teve acesso à educação. Essa é a causa da violência na juventude e ela deve ser combatida com a assistência social”, **defende uma das coordenadoras da Política de Igualdade Racial do Estado, Marta Almeida**

<b>Assunto:</b> TJPE: Júri simulado diz não à redução da maioria penal	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Capa	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 14/07/2015



> TJPE

## Júri simulado diz não à redução da maioria penal

Cotidiano > Página 2



<b>Assunto:</b> Um não à maioria penal em Júri simulado	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 14/07/2015



Em agosto, lei deve ser votada em 2º turno na Câmara Federal

# Um não à maioria penal em júri simulado



Felipe Ribeiro

ONTEM, a Frente Ampla Pernambuco contra a PEC 171/93 realizou caminhada no Centro

## Folha resume

No júri simulado, participantes enquadraram a redução da maioria penal. Primeiro debate sobre o tema que reuniu pessoas das duas opiniões aconteceu ontem. Maioria dos jurados e participantes foram contra alteração na Constituição Federal.

■ **NO DEBATE**  
organizado pela  
Tribunal de Justiça  
de Pernambuco,  
oito dos 11 jurados  
votaram contra a  
**PEC 171/93**

---

**RODRIGO PASSOS**

No primeiro encontro nacional que reuniu pessoas contra ou favor da redução da maioria penal, a resposta dada pelos pernambucanos foi negativa à mudança. Esse foi o resultado do júri simulado realizado ontem, pela Coordenadoria de Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O evento reuniu representantes de entidades e sociedade civil para discutir a alteração proposta pela PEC 171/93, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de 16 anos). A votação em 2º turno da PEC na Câmara Federal foi adiada para agosto.

A data também celebrou os 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Onze jurados votaram. O resultado: 8x3 para a negativa da alteração. A população também. Foram 73% contra a redução da maioria penal, que representam 238 contra e 89 favoráveis. O recado foi dado também durante uma caminhada contra a PEC realizada ontem no Centro do Recife pela Frente Ampla Pernambuco contra a redução da maioria penal.

O júri simulado foi presidi-

do pelo desembargador Ricardo Paes Barreto. Foram convocados seis debatedores: o advogado Moacir Veloso, o deputado Federal Gonzaga Patriota e o desembargador Bartolomeu Bueno compuseram o trio que apoia a mudança. Enquanto que a advogada Manoella Magalhães, o deputado federal Tadeu Alencar e o desembargador Luiz Carlos Figueiredo argumentaram con-

tra a alteração. “Esse é um debate que está virando emocional, quando nós precisamos ver as razões científicas e melhorar o debate para saber as consequências, se isso vier a acontecer”, explicou Figueiredo. O clima foi tranquilo e ninguém se exaltou.

Faziam parte do corpo de jurados representantes dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia

(CRP) e Medicina (Cremepe); OAB-PE, Arquidiocese de Olinda e Recife, entre outros. Todos votaram contra a redução. Já o grupo favorável contou com representantes das associações dos Notários e Registradores do Brasil e dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco e, por fim, da Convenção da Igreja Batista - grupo que opinou favorável à redução da maioria penal.

O debate foi positivo para aqueles que acompanharam. “Eu só não esperava esse resultado. Sou a favor da redução”, afirmou a estudante de direito, Renata Marinho, 21. Já a aluna de serviço social, Aline Coelho, 21, opinou positivamente sobre a discussão. “É uma discussão intrigante. Contudo, continuei com minha opinião porque o que falta são políticas públicas efetivas. Reduzir não é a solução”.

<b>Assunto: Em tempo: Julgamento</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Últimas Notícias	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 14/07/2015



## **EM TEMPO**

**JULGAMENTO** - O tenente da PM Sebastião Félix, acusado de comandar, em 2006, uma operação que terminou na morte de dois adolescentes, no Carnaval, será julgado hoje.

<b>Assunto: Em júri simulado do TJPE, maioria penal é reprovada</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



diferente da Câmara

## Em júri simulado do TJPE, maioria penal é reprovada



*Júri simulado reprovou redução da maioria penal. Foto: Ascom TJPE*

No centro do debate político dos últimos dias, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos voltou a pauta, nesta segunda-feira (13), durante um júri simulado promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Mas, ao contrário da decisão da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) não passou pelo júri. Atualmente, o projeto tramita agora no Senado.

Na simulação, apenas três dos 11 votos dos representantes de entidades da sociedade civil convidados foram favoráveis à aprovação da PEC 171/93. Na votação eletrônica do público, 73% dos 327 votantes colocaram-se contra a aprovação da emenda.

O debate, organizado pela Coordenadoria da Infância e Juventude em parceria com a Escola Judicial do TJPE, foi aberto pelo presidente do Tribunal, desembargador Frederico Neves, e presidido pelo desembargador Ricardo Paes Barreto, diretor da

Escola Judicial. O secretário estadual de Desenvolvimento Social, Isaltino Nascimento, também participou da abertura da sessão.

Para o presidente do TJPE, o evento foi uma oportunidade para aproximar o Judiciário do cidadão. A realização do júri simulado sobre redução da maioria penal também marcou os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completados nesta segunda-feira (13).

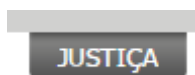
Entre os seis debatedores, o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, a advogada do Gajop, Manuela Magalhães, e o deputado federal Tadeu Alencar apresentaram os argumentos contrários à redução, enquanto o desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentaram favoravelmente à mudança constitucional. Entre as autoridades convidadas, também estavam os desembargadores Humberto Vasconcelos e Daisy Andrade Pereira.

### **COMO VOTARAM AS ENTIDADES:**

No evento, cada debatedor teve 15 minutos para defender sua posição, e cada jurado declarou seu voto, tendo que justificá-lo por dois minutos. Assim, votaram contra a redução os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); Sindicato dos Bancários de Pernambuco; Arquidiocese de Olinda e Recife; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); e Grande Recife Consórcio de Transporte.

Já a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe), a Convenção da Igreja Batista e a Associação de Notários e Registradores de Pernambuco (Anoreg) foram os três votos favoráveis à redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

<b>Assunto: Em sessão simulada, Júri decide pela não redução</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Em sessão simulada, Júri decide pela não redução**

Terminou há pouco o júri simulado que debate a redução da maioria penal. Com oito votos contra e três a favor, os jurados decidiram pela não redução da maioria penal. A sessão ocorreu no auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, sendo presidida pelo desembargador Ricardo Paes Barreto e contou com um debate protagonizado pelo desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, a advogada Manoella Magalhães, o deputado federal Tadeu Alencar (PSB) – contra a medida – e pelo desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB) – que argumentarão favoravelmente.

Contrário à medida, o deputado federal Tadeu Alencar (PSB) defendeu que, ao invés de o País estar discutindo uma reação à crise econômica e perdas de empregos, o assunto em discussão é “um ponto de alteração da Constituição que pretende criminalizar os jovens que no Brasil são muito mais vítimas de violência do que autores de violência”.

“Somos contrários primeiro por isso, depois por criar problemas enormes no sistema de segurança”, afirmou Tadeu Alencar. O parlamentar também questionou a medida, pois, segundo ele, se encarcerando e aumentando as penas não está diminuindo a violência. “Por que é que se cria na sociedade a ilusão que a diminuição da maioria penal traz o combate da criminalidade juvenil? É um equívoco e é por isso que a Câmara dos Deputados, lamentavelmente, interditou esse debate. Nós tivemos desde 1993 essa PEC estava parada lá. De uma hora para a outra o presidente da Casa saca essa coisa”, argumentou.

“Agora, dizer que está tudo bem, que não há realmente aí questões até patológicas nessa criminalidade juvenil, claro que há e é por isso que a gente defende, mesmo sabendo que muitas entidades são contrárias a isso, mas que a gente rediscuta se não é o caso de aumentar o tempo de internação para os casos de maior gravidade. Então, é esse debate que a gente ainda está por fazer. E isso mostrou aqui, hoje, que é um tema controverso, que divide a sociedade, mas que toda vez que você reflete com serenidade e ponderação sobre ele você sabe que é uma vã ilusão reduzir a maioria penal como um instrumento para reduzir a violência no Brasil”, cravou.

*Com informações de Rodrigo Passos, da **Folha de Pernambuco**.*

<b>Assunto: Em júri simulado, entidades da sociedade debatem sobre redução da maioria penal</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Em júri simulado, entidades da sociedade debatem sobre redução da maioria penal**



*Júri reúne diversas entidades no auditório Tabocas, no Centro de Convenções (Foto: Léo Motta/Folha de Pernambuco)*

Acontece nesta segunda-feira (13) um júri simulado que debate a redução da maioria penal. A sessão, que ocorre no auditório Tabocas, Centro de Convenções de Pernambuco, está sendo presidida pelo desembargador Ricardo Paes Barreto e conta com um debate protagonizado pelo desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, a advogada Manoella Magalhães, o deputado federal Tadeu Alencar (PSB) – contra a medida – e pelo desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB) – que argumentarão favoravelmente.

O júri simulado sobre redução da maioria penal marca os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lembrados neste dia 13 de julho. Após o debate, haverá a votação de 15 jurados, integrantes de entidades da sociedade civil e posteriormente a votação será aberta para o público em totens disponibilizados pelo Centro de Convenções, para que os ouvintes da audiência possam se posicionar.



Em conversa com a imprensa, o deputado Gonzaga Patriota defendeu não só a redução da maioria penal, como também, a redução da maioria civil, de acordo com a PEC 37, de sua autoria. Segundo o parlamentar, à medida que o jovem de 16 anos vota, ele também poderia ser votado para vereador e fazer concurso, pois estaria preparado para tais funções.

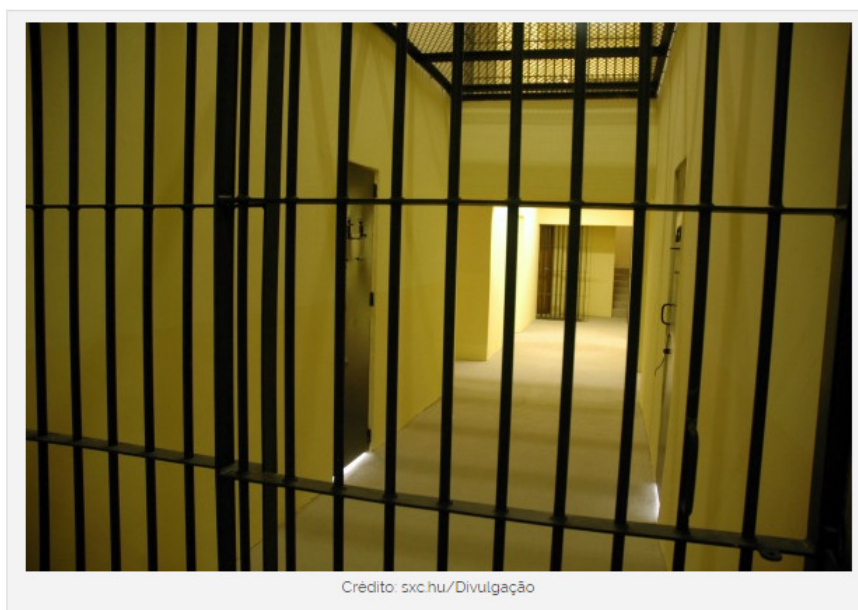
“A nossa proposta fala muito na ressocialização e, ao mesmo tempo, na educação. A gente tem que olhar para o social. A gente tem que olhar o outro lado. As coisas mudaram”, avaliou o deputado. Para ele, os jovens de hoje são criados de forma diferente. “Então, não tem que pensar só em abaixar a maioria penal. E por que não a civil? Por que não os direitos? Por que só a responsabilidade? Só abaixar a maioria penal para punir, para botar na cadeia? Não. A gente tem que olhar os dois lados”, defendeu.

Entre as entidades que formam o júri, estão os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); a Associação de Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco (Asserpe); os Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro), dos Bancários de Pernambuco, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (Sintraci) e dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (STTREPE); a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe); a Arquidiocese de Olinda e Recife; a Associação das Igrejas Evangélicas Independentes; a Câmara dos Dirigentes Lojistas; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); e o Grande Recife Consórcio de Transporte.

<b>Assunto: Maioridade penal em debate</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do João Alberto	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Maioridade penal em debate



Crédito: sxc.hu/Divulgação

Hoje transcorre os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para marcar a data O Tribunal de Justiça de Pernambuco promove, a partir das 8h, um júri simulado para debater a redução da maioridade

penal no Brasil, tema que está na maior evidência. Teremos três debatedores defendendo a medida, e três criticando. Serão 15 jurados que denirão o resultado, todos integrantes de entidades da sociedade civil.

<b>Assunto: Bandidos arrombam fórum e destroem processos em Jupi, no Agreste</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 14/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## PERNAMBUCO

---



**AGRESTE**

**Bandidos arrombam fórum e destroem processos na cidade de Jupi**

<b>Assunto: Bandidos arrombam fórum e destroem processos em Jupi, no Agreste</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 14/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



Polícia investiga

## **Bandidos arrombam fórum e destroem processos em Jupi, no Agreste**

Núcleo SJCC/Caruaru  
Do NE10 Interior



Bandidos arrombaram fórum e destruíram vários documentos  
Foto: Divulgação/Agreste Violento.

Bandidos arrombaram o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano nessa segunda-feira (13) em Jupi, no Agreste de Pernambuco.

De acordo com a Polícia Militar, uma grade de proteção de uma das janelas do prédio foi serrada e várias portas de acesso às salas do plenário do Júri, promotoria, cartório de distribuição de processos foram quebradas. Não há informações sobre quantas pessoas teriam participado da ação.

A polícia informou que os suspeitos roubaram uma câmera fotográfica profissional, um HD externo e um distribuidor de telefone. Os bandidos destruíram ainda vários processos que estavam arquivados no fórum. A polícia está ouvindo testemunhas para tentar identificar os autores do crime. Até o momento, ninguém foi preso.

<b>Assunto: Júri simulado – Maioridade penal</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 14/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1**

**PERNAMBUCO**



JÚRI SIMULADO

**Sociedade vota contra  
redução da maioria**

👍 23 · 💬 14

<b>Assunto: Júri simulado – Maioridade penal</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 14/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**G1****PERNAMBUCO****NORDESTE**

## **Sociedade vota contra redução da maioria em 'juízo' em PE**

*Dos 327 que opinaram em urna, 73% votaram contra a redução. Dos 11 jurados convidados, oito se posicionaram contra e três a favor.*



O júri simulado que discutiu a redução da maioria penal, nesta segunda-feira (13) no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, terminou com 73% dos ouvintes votando contra a medida. Dos 11 jurados que compareceram, oito se posicionaram contra e três a favor. A população foi convidada a manifestar sua opinião na urna da TV Globo Nordeste, após ouvir argumentos de membros da Justiça, da Câmara dos Deputados e da sociedade civil.

Ao todo, 327 pessoas votaram na urna, sendo que 89 se posicionaram a favor da redução, enquanto 238 foram contra a medida. O público apontou também se havia mudado ou não de opinião após ouvir os argumentos contra e a favor da lei. Mudaram de favorável para contrário 9% dos questionados, enquanto 7% deixaram de recusar a proposta e passaram a apoiá-la. Os demais não mudaram sua opinião sobre o assunto.

Organizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o júri marca o aniversário dos 25 anos do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA), que precisará passar por alterações se a proposta de redução da maioria penal entrar mesmo em vigor. O tema do evento comemorativo foi escolhido por conta da mobilização e das implicações da aprovação da redução pela Câmara dos Deputados, segundo Figueiredo. A proposta foi aprovada em 2 de julho, mas vem sendo questionada por parte da Casa e da população brasileira.

Para esclarecer possíveis dúvidas sobre o assunto, o júri desta segunda contou com a participação de desembargadores, políticos e entidades sociais contrários e favoráveis ao tema. Foram três debatedores de cada lado: na acusação, estavam o desembargador Luiz Carlos Figueiredo; o coordenador executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Rodrigo Deodato de Souza Silva; e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB). Já da defesa fizeram parte o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB).

O deputado federal Tadeu Alencar (PSB), fez parte da comissão especial que discutiu a proposta de emenda constitucional sobre a maioria penal na Câmara dos Deputados e apresentou argumentos contra a redução. “A violência no Brasil tem causas muito complexas, como exclusão, miséria, desigualdade. Merece um olhar amplo para que tenhamos eficácia nas soluções que apontemos. Imaginar que a redução da maioria vai reduzir os índices de violência é uma ilusão que não podemos vender para a sociedade”, avalia o deputado.

Autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduza não só a maioria penal, como civil, o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB) se posicionou favorável. "O mundo cresceu, globalizou-se. Da mesma forma, cresceram as crianças. A gente tem que ver o problema social, eles têm que ser colocados em unidades de ressocialização", afirma Patriota, acrescentando que não acredita que apenas pobres e negros serão presos com a medida.

Todos os argumentos foram avaliados por um júri composto por representantes de 11 entidades da sociedade civil, uma vez que quatro dos convidados não compareceram. Entre os votantes estavam os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco (OAB-PE); e a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe). Ao final do júri, todos eles tiveram que se posicionar contra ou a favor da redução da maioria penal e justificar sua escolha.

<b>Assunto: Júri simulado – Maioridade penal</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Em júri simulado, entidades da sociedade debatem sobre redução da maioria penal**

*Objetivo é esclarecer a população sobre a polêmica e marcar os 25 anos do ECA*

Acontece nesta segunda-feira (13) um júri simulado que debate a redução da maioria penal. A sessão, que ocorre no auditório Tabocas, Centro de Convenções de Pernambuco, está sendo presidida pelo desembargador Ricardo Paes Barreto e conta com um debate protagonizado pelo desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, a advogada Manoella Magalhães, o deputado federal Tadeu Alencar – contra a medida – e pelo desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota – que argumentarão favoravelmente.

O júri simulado sobre redução da maioria penal marca os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lembrados neste dia 13 de julho. Após o debate, houve a votação de jurados, integrantes de entidades da sociedade civil. Três deles foram a favor, enquanto oito foram contra a redução da maioria penal.

Entre as entidades que formam o júri, estão os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE); a Associação de Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco (Asserpe); os Sindicatos dos Professores do Estado (Sinpro), dos Bancários de Pernambuco, dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (Sintraci) e dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (STTREPE); a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe); a Arquidiocese de Olinda e Recife; a Associação das Igrejas Evangélicas Independentes; a Câmara dos Dirigentes Lojistas; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); e o Grande Recife Consórcio de Transporte.



<b>Assunto: Tenente acusado de comandar ação na Ponte Joaquim Cardoso vai a júri popular nesta terça</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Tenente acusado de comandar ação na Ponte Joaquim Cardoso vai a júri popular nesta terça**

*O oficial é acusado de comandar um grupo de policiais militares que obrigou 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento*



O tenente da Polícia Militar Sebastião Félix será julgado no Fórum Rodolfo Aureliano. Foto: Wagner Oliveira/DP/D.A.Press

Está previsto para começar às 9h desta terça-feira o julgamento do tenente Sebastião Antônio Félix. O oficial é acusado de comandar um grupo de policiais militares que obrigou 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe, no carnaval de 2006, provocando a morte de dois por afogamento. O episódio, divulgado com exclusividade pelo Diário de Pernambuco, na época, ficou conhecido como Caso Ponte Joaquim Cardoso. No mês de maio, quatro PMs estiveram no banco dos réus. Três deles foram condenados e um absolvido.

Os três policiais condenados pegaram 96 anos de reclusão. As condenações foram pelo homicídio triplamente qualificado de Diogo Rosendo, e nove tentativas de homicídios. Os meninos teriam sido confundidos com um grupo que praticava arrastões. Os outros três militares serão julgados pela morte de Zinael José de Souza, 17, e pelas tentativas de homicídios contra outros dois adolescentes, em data a ser definida. O tenente é acusado de comandar as duas ações. O oficial nega as acusações.